



A recepção de Carl von Clausewitz no Brasil: o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Guerra do Contestado

Carla Cristina Wrbieta Ferezin (PPG-Pol/UFSCar)¹

Área I – Teoria Política

“Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de Julio de 2015.

¹ Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais (UFMS), mestra em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPG-Pol/UFSCar) e, atualmente, doutoranda em Ciência Política neste mesmo programa e instituição. E-mail: carlaferezin@gmail.com.

RESUMO: Clausewitz nos proporcionou as primeiras concepções sobre a guerra como um instrumento da política de Estado. A partir das vitórias da Prússia – contra a Áustria (1866) e França (1870-1871) – as ideias de Clausewitz passaram a repercutir entre acadêmicos e, notadamente, entre militares. Contudo, há um hiato na literatura quanto a leitura deste autor no Brasil. Desta forma, o objetivo central deste artigo é compreender como se deu a recepção das concepções de Clausewitz no Brasil, principalmente (mas, não exclusivamente) entre os militares pertencentes ao Exército brasileiro, entre os anos de 1905 a 1919, período no qual oficiais brasileiros – posteriormente denominados Jovens Turcos – foram enviados a Alemanha para treinamento militar. A premissa básica que norteia esta pesquisa é de que as leituras feitas sobre Clausewitz são seletivas (leituras fundamentadas exclusivamente em determinados elementos da teoria clausewitziana) e marcadas por contextos históricos de guerras, ou, de mudanças no caráter deste fenômeno humano e social. Por tal fato, selecionamos um recorte temporal que nos permitirá compreender o impacto da teoria clausewitziana em pelo menos dois eventos importantes: internamente, a Guerra do Contestado (1912-1916), externamente, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Para buscar a leitura de Clausewitz no Brasil, analisaremos uma série de artigos publicados em periódicos militares e jornais do período, dos quais destacamos: *A Defesa Nacional*, revista militar criada pelos Jovens Turcos e, o jornal *O Paiz*, tabloide de ampla circulação que publicava com frequência matérias sobre temas político-militares.

PALAVRAS-CHAVE: Clausewitz; Exército brasileiro; Jovens Turcos; Primeira Guerra Mundial; Guerra do Contestado.

Introdução

O general Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) é um pensador de destaque nas instituições militares ocidentais. Conjunturas de conflitos disseminaram “a todo vapor” a teoria clausewitziana, o que proporcionou distintas leituras e interpretações acerca da validade e atualidade da obra maior de Clausewitz, *Da Guerra*. Contudo, a constante citação de Clausewitz demonstrou que muitos de seus leitores adaptaram, ou até mesmo, distorceram a sua teoria. Nesta perspectiva, levantamos como a hipótese a ideia de que as inquietações inerentes ao contexto histórico e as interpretações pessoais de cada leitor parecem ter tido impacto expressivo sobre as distintas – sejam positivas ou negativas – críticas que Clausewitz recebeu ao longo do tempo. No Brasil, Clausewitz também despertou a atenção de pesquisadores dedicados ao estudo do pensamento político e estratégico, sobretudo militares pertencentes ao Exército. Nesse quadro, propõe-se investigar se a conjuntura (interna e externa) do início do século passado pode ter ocasionado uma leitura seletiva do prussiano, isto é, uma leitura baseada exclusivamente em conceitos específicos da teoria de Clausewitz. Para alcançar o objetivo supracitado recorrer-se-á a análise de periódicos militares e jornais da época. Desta forma, este artigo é alicerçado, basicamente, em pesquisa bibliográfica e documental.

Feita esta introdução, traremos uma concisa história da vida e do progresso intelectual de Clausewitz, afim de evidenciar como a sua experiência militar influenciou decisivamente para a formulação de sua teoria. Posteriormente, analisaremos as referências feitas à teoria clausewitziana em jornais e periódicos militares brasileiros entre os anos de 1905 a 1919.

A trajetória de Clausewitz

Clausewitz foi um soldado profissional a partir dos seus doze anos de idade e enfrentou a sua primeira batalha logo aos treze anos, quando presenciou a ruína do Exército prussiano (1794) frente ao Exército revolucionário de Napoleão. Logo no início de sua carreira, como oficial, serviu diretamente ao reformador do Exército prussiano, o general Gerhard Scharnhorst (1755-1813) e logo depois a outro reformador militar, o general August von Gneisenau (1760-1831). Scharnhorst, sobretudo, teve papel central na evolução intelectual de Clausewitz, iniciando-o na carreira literária.

Scharnhorst indicou Clausewitz ao editor do mais importante jornal militar da Alemanha, e em 1805 ele escreveu seu primeiro artigo, no qual refutava as teorias estratégicas do alemão Heinrich Dietrich von Büllow (1757-1807), o mais famoso intérprete das guerras napoleônicas naquele ano.

Em 1819, o general Carl von Clausewitz começou a redigir sua mais importante obra, *Vom Kriege (Da Guerra)*, livro que eternizaria o autor como notável teórico da guerra e estrategista militar². Em *Da Guerra*, Clausewitz expôs a incoerência de “princípios eternos da guerra”, visto que a guerra variaria em suas formas, dependendo das transformações naturais da política e da sociedade na qual ela é travada. Em novembro de 1831, Clausewitz faleceu de cólera aos 51 anos de idade. Logo, *Da Guerra* é um livro inacabado, publicado em 1832, por iniciativa da esposa de Clausewitz, Marie von Brühl (1779-1836).

Sem o desígnio de resumir a teoria clausewitziana, pontuamos, em linhas gerais, os conceitos contidos em *Da Guerra* e que consagraram Clausewitz como um dos principais pensadores da guerra, política e estratégia³:

- i. “A guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”, conceito que expressa o imperativo da subordinação militar à política.
- ii. Dupla natureza da guerra, distinção entre guerra absoluta e guerra real, ressaltando-se o caráter irreal e ideal do primeiro tipo de guerra e, a inserção da política como elemento central para a compreensão das guerras reais⁴.
- iii. Relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica.
- iv. Trindade da guerra, conceito formado por três tendências predominantes, as quais agem como forças no interior de todas as guerras já empreendidas: a violência que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável e, o elemento de subordinação, afinal a guerra é apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos.

O conceito de guerra absoluta era o mais utilizado no período das Grandes Guerras Mundiais em diversos países (Primeira Guerra Mundial – 1914-1918/ Segunda Guerra Mundial – 1939-1945). Contudo, tal concepção, muitas vezes idealizada de forma equivocada, provocou uma propagação negativa do general prussiano no decorrer do tempo. Inúmeros leitores da teoria clausewitziana, parecem não ter considerado a evolução do pensamento de Clausewitz. A guerra absoluta é como uma forma pura de guerra, em que a violência atua em sua forma mais extrema e que não possui restrições por “forças inteligentes” (BASSFORD, 1994). É a guerra de derrubada do inimigo por meio da destruição de seus meios para resistir. Mas, em seus últimos três anos de vida (1827-1830), Clausewitz alcançou completamente a distinção entre o conceito e a realidade, o que lhe permitiu passar da definição inicial da guerra à definição trinitária, a concepção final de sua maturidade intelectual (ARON, 1986). Observaremos, no tópico subsequente, como a teoria clausewitziana esteve presente nas páginas de jornais e periódicos brasileiros e se a ideia de guerra absoluta prevaleceu no país no contexto da Grande Guerra Mundial e da Guerra do Contestado.

² Outras obras de Clausewitz: *Princípios da Guerra* (1812), *A Campanha de 1812 na Rússia* (1824) e *A Campanha de 1815 na França* (1827).

³ É relevante observar que Clausewitz tinha uma metodologia dialética e que os axiomas criados por ele são constantemente “rebatidos” dentro da própria obra *Da Guerra*.

⁴ Não se pode dizer, no entanto, que a política não esteja presente na concepção de guerra absoluta de Clausewitz.

Clausewitz no Brasil (1905-1919)

O objetivo central deste artigo é buscar a recepção de Clausewitz no Brasil, com foco principalmente no Exército, entre os anos de 1905 a 1919⁵. O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por um periódico militar e jornais da época, a saber: *A Defesa Nacional*, *A Imprensa*, *A Noite*, *O Imparcial*, *A Rua e O Paiz*. Os jornais e periódicos científicos adquiriram uma importância significativa no Brasil após 1860 e eram considerados pelos militares brasileiros um importante meio de divulgação de suas ideias, além de um importante instrumento de propagação das técnicas militares. Nos jornais, sobretudo durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Clausewitz esteve em alta, mas as menções a sua obra ou pessoa tinham um teor mais negativo, sendo relacionadas com a “barbárie” ocorrida nos campos de batalha. Já em *A Defesa Nacional*, as ideias do general prussiano foram utilizadas, principalmente, para abordar a eficiência da organização do Exército alemão e, desta forma, evidenciar que o mesmo deveria ser um modelo para o Exército brasileiro. No plano doméstico, na conjuntura da Guerra do Contestado (1912-1916), Clausewitz também esteve presente. Destacamos aqui o uso de concepções clausewitzianas por Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947), comandante de operações militares no Contestado nos anos 1914 e 1915. Em seu livro *Memórias: dados para a História do Brasil* (1950), o general declara que os preceitos de Clausewitz eram válidos para o Contestado, tanto que os empregou na prática, nas batalhas finais da guerra ocorrida no sul do Brasil.

Nesta conjuntura, relacionamos distintos artigos com menções a Clausewitz encontrados em *A Defesa Nacional* e nos jornais supracitados, os quais estão dispostos em três temáticas: Organização/ Profissionalização do Exército brasileiro, Guerra do Contestado e Primeira Guerra Mundial.

Clausewitz e a organização/profissionalização do Exército brasileiro

Os problemas vividos pelo Exército desde o período Imperial (1822-1889) – sobretudo falta de treinamento profissional e equipamentos necessários – ainda eram latentes no pós-Proclamação. Neste cenário, Hermes da Fonseca (1855-1923) buscava modernizar o Exército por meio da lei do sorteio militar e da realização de manobras militares. Contudo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912) promoveu a ação de maior impacto no treinamento de oficiais, o envio de jovens para capacitação no Exército alemão (CARVALHO, 2006). A vinda de uma missão militar de instrução foi pensada com o desígnio de tornar a Força Terrestre mais combativa e eficaz. A partir deste momento, observamos uma disputa entre França, Alemanha e Estados Unidos pela conquista dessa missão, a qual proporcionaria também o acesso ao mercado brasileiro para o fornecimento de armas (McCANN, 1985). Os três países estabeleceram, em distintos períodos, uma relação militar com o Brasil: a alemã ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial, a francesa entre as duas Grandes Guerras Mundiais e a norte-americana durante e após a Segunda Guerra Mundial. Não obstante ser comumente periodizada da forma supracitada, é possível que essa datação não seja tão distinta quanto relatada por alguns historiadores. Os ciclos parecem mais se inter-relacionarem do que se alterarem nitidamente (McCANN, 1985).

O primeiro contato de oficiais brasileiros com alemães para tratar de uma possível instrução militar ocorreu entre os anos de 1905 e 1906, quando alguns jovens militares brasileiros viajaram para a Alemanha para observar e aprender com aquele Exército que, desde a vitória sobre a França em 1870, era reconhecido mundialmente por sua eficiência. Entre 1908 e 1909, um segundo grupo de oficiais embarcou para servir nos regimentos alemães e essa excursão estreitou ainda mais a relação entre os dois países, sendo que um contrato foi firmado entre a *Krupp* e o governo brasileiro para que aquela fosse a fornecedora de artilharia do país. Em 1910, um terceiro grupo brasileiro,

⁵ Nosso objetivo é compreender, sobretudo, a recepção de Clausewitz no Exército brasileiro, pois a Força Terrestre foi central na teoria do prussiano e seu legado intelectual foi produzido a partir das experiências adquiridas junto aos exércitos que serviu. Além do mais, Clausewitz é leitura obrigatória em diversas instituições militares ocidentais desde a publicação de sua obra maior, *Da Guerra*.

composto de vinte e quatro oficiais chegou à Alemanha, este último agrupamento – conhecido como os *Jovens Turcos* – foi o responsável pela fundação da revista *A Defesa Nacional* no ano de 1913⁶.

A não efetivação da missão alemã foi ocasionada pela relação que o governo francês mantinha com a elite paulista, o estado mais forte e influente na política dos governadores. Os paulistas fecharam um acordo com os franceses para que estes enviassem uma missão militar para transformar a sua Força Pública em um sutil exército que fosse capaz de manter o estado protegido de qualquer intromissão federal. Os políticos paulistas eram favoráveis aos franceses e assumiram essa postura com toda imposição frente ao presidente eleito naquele momento, Hermes da Fonseca (1910-1914). Pouco tempo depois de sua nomeação, Hermes visitou a França para conhecer o Exército que já treinava as forças paulistas. Ficou impressionado e entusiasmado com os franceses, e tal como havia feito na Alemanha, assegurou que a missão de instrução para o Brasil seria francesa. Se mantivesse o apoio à Alemanha, Hermes provocaria um desgaste político com São Paulo, e também com os franceses, britânicos e norte-americanos, que não estavam felizes com o sucesso alemão. Assim, o problema assumiria proporções demasiadamente insustentáveis para um recém-eleito presidente. Mas, ao fazer uma promessa para a França, mesmo comprometido com a Alemanha, o presidente brasileiro complicou ainda mais a já delicada situação. Como retirar-se desse caso sem abalar ainda mais a relação com os dois países e também com os influentes políticos de São Paulo? Hermes anunciou que o Brasil não receberia nenhuma missão militar de instrução. Sua argumentação central foi que seus oficiais eram hábeis e capacitados o suficiente para prover um treinamento adequado e eficiente para o Exército. Desse momento em diante, a França começou a promover intensa campanha na imprensa brasileira contra o Exército alemão, tentando de qualquer forma obter o patrocínio da instrução militar no país. Em outubro de 1911, o Congresso votou sobre a vinda de uma missão militar para o Brasil, mas a proposta acabou engavetada e nenhuma missão veio ao país. O assunto só voltou a ser debatido com afinco ao final da guerra (McCANN, 2007).

No entanto, tal fato não calou os oficiais brasileiros que tinham estagiado na Alemanha. Como dito anteriormente, *A Defesa Nacional* foi fundada pelos *Jovens Turcos* em 20 de setembro de 1913. O nome da revista foi uma proposta do capitão Mário Clementino de Carvalho e seu formato, tal como o da revista alemã *Militär Wochenblatt*, foi sugerido por Bertoldo Klinger (LUNA, 2010). Os responsáveis pela criação da revista foram doze oficiais reformadores do Exército. Oito dos fundadores da revista foram estagiários no Exército alemão: Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro. Os quatro outros militares eram entusiastas da causa (reforma do Exército) propagada pelos *Turcos*: Brasília Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho. Além de *A Defesa Nacional* os Cavaleiros da Ideia, publicaram artigos em outras revistas, entre elas: *Revista Militar* (1899), *Boletim do Estado-Maior do Exército* (1911) e no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) (McCANN, 2007)⁷. As páginas d'*A Defesa Nacional* traziam o conhecimento técnico adquirido pelos oficiais na Alemanha, além disso, traduziam os regulamentos do Exército alemão, propagavam o seu sistema de treinamento, seus métodos e suas tradições.

Nesta conjuntura, observamos referências a Clausewitz. No mês de maio de 1917, o texto intitulado “Bibliografia”, do coronel Tasso Fragoso, versa sobre um manual preparado para o estudo

⁶ Os *Turcos* foram os responsáveis pela concepção da revista *A Defesa Nacional*. O periódico, criado no ano de 1913, funcionou como um instrumento de difusão para os ensinamentos adquiridos junto ao Exército alemão (McCANN, 2007). Nas páginas d'*A Defesa Nacional* faziam propaganda pela vinda da Missão Militar Alemã para reformar o Exército brasileiro. Os *Jovens Turcos* estavam interessados na profissionalização e modernização do Exército brasileiro para colocá-lo à altura dos imperativos da guerra moderna e buscavam difundir estes ideais. Já o jornal *O Paiz* publicava notas de militares e civis contrários a vinda de uma Missão Militar Alemã e defendiam uma Missão Francesa que reestruturasse o Exército brasileiro.

⁷ Os *Turcos* se autoproclamavam “Cavaleiros das Ideias” (CARVALHO, 2006).

da tática nas escolas reais prussianas⁸. O primeiro objetivo do livreto era caracterizar os conceitos de estratégia e tática. Com a relação à estratégia, lia-se:

O comandante Mordacq diz que, cinquenta anos antes de Cristo, apareceu em Roma o primeiro livro de Estratégia (Strategicos Logos), mas que a isso sobreveio um colapso de vários séculos, pois que o termo só ressurgiu em França em 1775. Napoleão e Frederico o grande utilizavam-se de preferência da expressão *arte da guerra*; o primeiro várias vezes se referiu a Estratégia chamando-lhe Grande Tática, nome porque também era conhecida no século XVIII e de que se serviu Guibert. Para Jomini Estratégia é a arte de dirigir os exércitos no teatro das operações e a Tática a de dirigir as tropas no campo de batalha. A Jomini acosta-se Mordacq.

E mais:

Clausewitz opina que a Estratégia utiliza o combate para o fim cobiçado na guerra. Thiers expressou-se lucidamente desta maneira: < O estrategista deve conceber o plano de campanha, abraçar de um só relancear d'olhos todo o teatro presumível da guerra, traçar as linhas de operações e dirigir as massas para os pontos decisivos. Ao tático cabe a missão de regular a ordem de marcha das referidas massas, dispô-las em batalha nos vários pontos indicados pelo estrategista, travar a ação, sustentá-la manobrar para atingir o objetivo colimado > (FRAGOSO, 1917, p. 252).

Observamos, no manual, o conceito de estratégia “como a doutrina referente a conduta da guerra” e da tática “como a relativa a conduta das tropas” (FRAGOSO, 1917, p. 252). Compreendida a distinção entre os termos, o objetivo central do texto é tratar da tática, principalmente, sobre a cooperação tática de todas as divisões do Exército (infantaria, cavalaria e artilharia) em combate. De acordo com o coronel Tasso Fragoso, notamos aí a materialização da doutrina de guerra alemã e visualizamos as regras que ditavam o procedimento na Primeira Guerra Mundial:

Na página 146 preconiza-se a ofensiva estratégica e mostra-se não ser fácil, quando na defensiva estratégica, escolher o momento propício para a passagem a ofensiva. Tal o caso de Joffre na batalha do Marne:

< Assim ninguém se decidirá voluntariamente pela defensiva. O pensamento de deixar o adversário dar primeiramente o choque e esquivar-se diante da posição, para cair então sobre ele, é artificial, e se origina de um inexacto julgamento do efeito das armas, comparativamente com as influências morais do combate > (pg. 190 e 191).

Medite bem o leitor nesse trecho, afim de poder interpretar a luz dele o atual movimento de recuo dos alemães em certos lanços de sua linha.

É nesse quadro que:

< Uma rápida e enérgica passagem ao ataque, o fulgurante punhal da defesa, – diz ainda o Guia – é o momento mais brilhante da defensiva > (A. Clausewitz).

Recomendando sempre a ofensiva, escapa-lhe esta reflexão: “A guerra de posição da Mandchuria, 1904-1905, demonstrou mais uma vez quão desfavorável a situação se torna com o tempo, sempre que se procura obter a solução com o emprego de posições fortificadas de campanha” (pag.278) (FRAGOSO, 1917, p. 253).

Para o coronel Tasso Fragoso o guia, “[...] pode servir de catecismo a quantos se entreguem a carreira das armas. Tudo ali deve ser meditado e proporcionará longa base para mais amplos estudos (FRAGOSO, 1917, p. 254).

Já em fevereiro de 1918, temos o artigo “O Regulamento de Exercícios para a Infantaria, de 29-5/906, à luz da história militar”, traduzido pelo capitão Joaquim de Souza Reis e de autoria de

⁸ O guia foi traduzido pelos *Jovens Turcos* Bertholdo Klinger e Leitão de Carvalho.

Loringhoven, cujo tema são os tipos de marcha para o combate, tendo em vista a experiência da guerra Franco-Prussiana (1870-1871):

As desvantagens peculiares as marchas em formações de maior frente, não existem nas regiões onde estradas suficientemente largas permitem o emprego das colunas dobradas de marcha. Com esta disposição, e dentro de condições favoráveis, se podem executar grandes marchas. É sabido que, em tempos passados, os exércitos não hesitavam em executar também grandes marchas em formações ainda de maior frente. No tempo da tática linear, eles se moviam sistematicamente em estado de, a cada momento, passar para a formação em linha. Para isso marchavam em colunas de pelotão, quer pelas estradas ainda não preparadas como as de hoje, quer ao lado delas, em pleno campo. Frederico, o Grande, e seu irmão o Príncipe Henrique, venceram mesmo dessa forma grandes extensões.

Nesse quadro, afirma o autor, o general Clausewitz,

[...] que escreveu ainda perto daquela época, disse sobre a arte de marchar de então: < As tropas de segunda linha, nas marchas laterais, para se manterem sempre a uma distância razoável, nunca superior a $\frac{1}{4}$ de milha, precisavam ser conduzidas, com sofrimento e coragem e à custa de grandes conhecimentos locais, através de tocos e pedras, pois onde era que se encontrava, numa extensão de um quarto de milha, caminhos traçados paralelamente um lado ao lado do outro? As mesmas dificuldades existiam para a cavalaria de ala quando se marchava perpendicularmente a direção do inimigo. A artilharia dava novos incômodos, pois encontrava as suas próprias estradas cobertas de infantaria, que tinha de marchar em linha, e a quem a presença de artilharia causava perturbações nas distancias > *Da Guerra*, livro V, capítulo X (LORINGHOVEN, 1918, p. 146).

Fica claro, assim, que o Clausewitz mencionado nas traduções de métodos, treinamentos e tradições do Exército alemão é aquele especialista em estratégia e tática, gênio militar, um dos responsáveis pela supremacia da Alemanha no campo bélico. Tal tipo de leitura e interpretação, condiz com a conjuntura vivida pelo Exército brasileiro, já que a instituição buscava avidamente a profissionalização e modernização de seus quadros por meio de adoção das práticas militares alemãs. Isto é, a tradução dos preceitos militares alemães demonstrando sua eficiência e superioridade técnica e intelectual frente a outros exércitos nos parece uma forma de adaptar o brasileiro a possível presença de uma missão militar alemã para organizar e profissionalizar a Força Terrestre do Brasil.

Vários artigos n' *A Defesa Nacional* defendem a vinda de tal missão, criticando a alternativa francesa. No número 8 da revista, publicado em maio de 1914, o editorial é dedicado a relatar os benefícios de se contratar o Exército alemão para instrução da nossa Força Terrestre, destacando que muitos defensores de uma missão francesa simplesmente ponderavam os lucros nos negócios e não consideravam as reais necessidades de organização e modernização do Exército:

Mas, voltemos ao ponto de vista militar, tão secundário para os negociastas. Se em assuntos de organização militar o exército francês está longe de ser um modelo, pelas lacunas que seus mais autorizados generais não cessam de apontar e dos quais um exemplo bem significativo está nas recentes palavras do Ministro da Guerra, estranhando em pleno Parlamento que *o exército francês ainda não possua um estado maior*, é também necessário que digamos que esse mesmo exército ainda não se acha em condições de servir de escola militar, para os exércitos em via de formação como o nosso.

E continuava:

Em matéria de tática o exército francês apenas agora começa a perfilhar princípios, que foram em parte causa das vitórias alemãs em 1870 e que um simples *fährich* alemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos oficiais do grande exército em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha francesa que representa um triunfo das ideias alemãs sobre o emprego técnico e tático dessa arma e em outro lugar desta revista os

nossos leitores encontrarão um resumo do novo regulamento. < *Conduite des grandes unités* > que é por sua vez uma consagração das doutrinas alemãs sobre o emprego tático das tropas para a batalha. A evolução atual das ideias táticas em França pode ser caracterizada por estas palavras, o exército francês se germaniza. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua cópia tímida e indecisa, quando se pensa na escolha de oficiais estrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra (A DEFESA NACIONAL, 1914, p. 243-244).

No entanto, não só de técnicas e práticas militares foram constituídas as edições da revista *A Defesa Nacional*. Também eram expostas concepções sobre a reorganização da instituição militar concatenada à reforma da nação. A proposta fundamental dos *Jovens Turcos* para alcançar a reestruturação militar e, conseqüentemente, a reforma da nação, foi baseada na adoção do serviço militar obrigatório, proposição amplamente discutida com a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial.

A guerra do Contestado

Mas, enquanto isso, em plena Grande Guerra, o Brasil enfrentava seu maior desafio militar depois de Canudos (1896-1897), a guerra do Contestado (1912-1916)⁹. Deflagrada em uma área de fronteira pleiteada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, o episódio pode ser lembrado como um dos maiores conflitos da história republicana brasileira, compreendendo uma intrincada combinação de elementos políticos, sociais, econômicos e religiosos, concentrados pela brusca inclusão da região ao sistema capitalista internacional. Nesse quadro, o messianismo constituiu o veículo organizador de pessoas das mais diversas origens (posseiros banidos de suas terras, ervateiros impedidos de dar continuidade ao seu ofício, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis do local, especialmente de Curitiba e Canoinhas). Até mesmo o editorial, da edição número 13, escrito pelo general Caetano de Faria e publicado em outubro do ano de 1914, da revista *A Defesa Nacional* reconhece as condições deploráveis que o povo do Contestado enfrentava¹⁰:

Os acontecimentos que desde algum tempo se vem desenrolando no território contestado do Paraná e Santa Catarina, assumiram um caráter grave que não é mais possível dissimular. Ligados a causas obscuras e cada vez mais controvertidas, mesmo entre os governos dos dois Estados limítrofes, acusados de fomentarem a rebelião entre as populações rurais da zona em litígio, para desse modo servirem melhor seus interesses políticos, os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando a luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso Exército sucumbiu aos tiros certos dos jagunços.

E conclui:

Desde o primeiro levante dos sertanejos do Sul, chefiados pelo misterioso monge José Maria, que se tem procurado investigar as origens desses movimentos, atribuídos por uns ao fanatismo religioso, por outros, ao banditismo bandoleiro e repasse de populações incultas e, até mesmo, a uma vindicta dos pequenos proprietários de terras das antigas colônias militares, feitas a mandões políticos pelos governantes dos dois Estados. Sejam, porém, quais forem os fatores que tenham atuado sobre essas populações, ainda há pouco, pacíficas, para arrastá-las a rebelião e ao saque, o que se não pode negar, é que a **ignorância** lastimável em que o abandono criminosamente deixou essa pobre gente, é a causa principal desses lamentáveis desvios, que reduziram humildes sertanejos patricios a condição de nossos *inimigos* (FARIA, 1914, p. 1).

⁹ A conjuntura história da guerra do Contestado baseada principalmente em CARVALHO (2009) e McCANN (2007).

¹⁰ Os editores da revista *A Defesa Nacional* criticavam veemente a imprensa brasileira por não divulgar o ocorrido no Contestado e exclusivamente ocuparem-se com a Grande Guerra. Ao analisar os jornais da época constatamos diversas matérias sobre a Primeira Guerra Mundial, mas quase nenhuma menção ao conflito ocorrido na região Sul do território brasileiro.

A presença inicial do Exército brasileiro ocorreu no massacre do Taquaruçu, isso após a morte do líder do povo do Contestado, José Maria. Com a morte do “monge” José Maria, mais especificamente, em dezembro de 1913, famílias de todo o arraial do Contestado, liderados por Eusébio Ferreira dos Santos, começaram a mudar para Taquaruçu, cidade que tinham como santa e como sede da volta de José Maria. O primeiro ataque contra o reduto (como o Exército denominava os povoados do Contestado) incidiu no dia 13 de dezembro de 1913, episódio no qual as tropas do Exército e da polícia catarinense foram vencidas, fato que aumentou o incomodo dos latifundiários e a fama dos insurgentes. Contabilizaram no início de 1914, 600 habitantes em Taquaruçu, quando começou o deslocamento para uma nova vila santa, localizada em Caraguatá. No dia 8 de fevereiro de 1914, uma coluna mista com setecentos homens, constituída de soldados de cinco ou seis unidades concentrados para a operação, de policiais estaduais e de civis, atacou o que restava do reduto de Taquaruçu com artilharia e metralhadoras. Setembrino de Carvalho, em seu relatório de campanha, comentou sobre o ocorrido:

Dispersaram a bala os carolas impenitentes ali amatulados e incendiaram-se as casas [...] mas a maior parte dos moradores fugiu, não se tentou contra eles a mais branda perseguição [...] e sob a proteção das mulheres e das crianças, cuja matança era necessário evitar, escaparam armados inúmeros bandidos (CARVALHO apud McCANN, 2007, p. 177).

Mesmo após o ataque brutal a Taquaruçu, o número de rebeldes do Contestado continuava a progredir. O ministro da Guerra preocupado com a resistência do bando decidiu transferir o general-de-brigada Carlos Frederico de Mesquita (1853-1933), então comandante da 4º Brigada Estratégica, sediada em São Gabriel, Rio Grande do Sul, e o incumbiu das operações. Mesmo sendo um homem com vasto currículo militar, Mesquita não pode fazer praticamente nada em um comando que estava sucateado, com poucas e velhas armas, efetivo bem aquém do estabelecido pelo regulamento, poucos cavalos, escasso meio de transporte (conhecido como carroções), além de pouquíssimas barracas. Além desse cenário desalentador, nem ao menos o efetivo de oficiais e soldados eram bem treinados. Não intriga a abdicação da campanha pelo general Mesquita, posteriormente a realização de raras marchas e de atacar concentrações fracas do Contestado. Os rebeldes obtiveram força e confiança com o declínio de Mesquita e cada vez mais cresciam em quantidade e em raio de ação. Ampliaram seus ataques a fazendas e depósitos de madeiras e, no final de setembro de 1914, estavam com o domínio efetivo do interior ao longo da margem esquerda do Iguaçu, entre União e Canoinhas.

O Contestado alcançou seu apogeu: controlava cerca de 26 mil quilômetros quadrados e reunia por volta de 20 mil pessoas, das quais mais de 8 mil eram homens aptos ao combate. O Exército cada vez mais era cobrado a responder ao triunfo dos insurgentes. Diante de pressão, o ministro da Guerra, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1852-1924) nomeou o general Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947) para refrear aquela rebelião. O coronel Setembrino estava ansioso por cumprir a missão dada a ele de acabar com a Revolta do Contestado, ainda mais que contava com todos os recursos bélicos que se fizessem necessários. Em vista disso, Setembrino elaborou um plano, que a seu ver, iria dismantelar de uma vez os “fanáticos rebeldes”. Apresentou sua ideia de cerco ao inimigo ao novo ministro da Guerra, José Caetano de Faria (1855-1920) e “confessou ao mesmo que a estratégia empregada não era nova, só estava seguindo os conselhos de Carl von Clausewitz” (McCANN, 2007, p. 203). O general constituiu, desse modo, um dos exemplos mais importantes da influência do teórico prussiano no Brasil.

Em *Memórias: dados para a história do Brasil* (1950), Setembrino nos relata as suas impressões e feitos na Guerra do Contestado. Fica clara aí sua admiração pela teoria clausewitziana. Ao destacar a importância dos combates na guerra, ele recordaria:

As circunstâncias de tempo e espaço me constroem à utilização de todos os recursos para a presteza dos preliminares operativos.

Além disso, o ilustre Governador do Paraná, de quem recebi sempre o mais valioso auxílio, tinha à minha disposição colocado o Regimento de Segurança do Estado, que conquistou aplausos das forças do Exército, ao lado das quais combateu, pela sua eficaz cooperação.

É nesse quadro que se refere aos ensinamentos presentes em *Da guerra*:

Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra, nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo, quer esses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusados pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais.

Exemplifica dizendo: “Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, este, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta.

Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de toda sorte que poderia retirar de uma província por ele abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças nossas, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário dar para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos ao nosso fim, a só probabilidade de combate teve suas consequências”.

Para o general brasileiro:

Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir, em relação a esta guerra, pois, se eu aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue dos meus patrícios fosse derramada naquelas opulentas terras.

Na aplicação do princípio eu procurei, antes de tudo, buscar o sucesso, o triunfo da causa legal.¹¹

Setembrino continua detalhando os progressos de sua tropa e o momento da ofensiva, quando decidiu negociar a rendição com os rebeldes e ocorreu o ataque.

O ataque efetuou-se, então, dirigido pelo Coronel Júlio Cesar.

Foi uma operação difícilíssima pela situação do reduto nas concavidades das vertentes da Serra do Mirador, e que forma a linha de “Talweg” do rio Itajaí.

A marcha de aproximação dos destacamentos foi penosíssima durante duas noites, e sob uma chuva inclemente, que cessou na madrugada em que, sem combate, rendeu-se o reduto, fugindo Tavares com meia dúzia de bandidos. Consegui, entretanto, escapar-se à perseguição pelas vantagens que lhe oferecia a topografia do terreno.

As espirais do fumo de incêndio nesse antro de feraz, onde um filho assassinara seu pai, onde o concubinato e incesto eram das mais dignas instituições, e Tavares possuía um serralho, mostraram o primeiro sucesso de fecundos resultados para as forças legais.

¹¹Setembrino adicionava: “Por uma sólida e bem articulada organização das linhas que, restringindo o teatro de operações, cortariam a liberdade de ação do inimigo, eu atentava contra a sua existência, subtraindo-lhe os recursos de todo gênero, cuja procedência era ignorada, mas que sabíamos positivamente receber. Oferecendo ao adversário o espetáculo de uma força perfeitamente aparelhada, com aptidão necessária para enfrentá-lo, o que anteriormente jamais havia êle presenciado, contava inspirar-lhe o terror, abalar-lhe profundamente o moral para impôr-lhe a minha vontade. Tal dispositivo seria considerado como predisposições para o ataque, e daí a deposição das armas. Esposando a opinião do mestre, eu me achava muito esperançoso sobre o resultado da maneira de agir. Tal concepção, para atingi-la, não continha exclusivamente a ideia de uma ostentação do poder material das minhas tropas, não. Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-me de todos os meios aproveitáveis, para renunciar uma luta, cujo desfêcho lhes seria fatalmente cruel. A ofensiva seria o recurso extremo, quando sentisse impotentes os esforços com pertinácia desenvolvidos para debelação do mal, sem as perdas de vidas de meus patrícios de ambos os partidos” (CARVALHO, 1950, p. 144-146).

Mais uma vez, Clausewitz é lembrado, sua concepção [...] revela-se aqui em toda a extensão de sua grandeza: “Os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências ser considerados como combates reais”.

Em conclusão:

Foi de surpreendentes resultados esta ação. Repercutiram em todos os redutos do sertão, abalando profundamente o ânimo dos chefes sertanejos que pressentiram a derrota.

Exaltou o moral das tropas legais, e o dia da vitória final começou a raiar. Para mais de mil pessoas foram aí capturadas, conduzidas para a cidade do rio Negro a fim de serem localizadas em colônias.

Dias antes da queda deste reduto três chefes revoltosos se tinham apresentado ao Comando da coluna Norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou.

O benévolo acolhimento que tiveram da parte da tropa uns e outros, os carinhos prodigalizados encorajaram a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob a ameaça dos chefes, e ainda porque estes faziam circular boatos terroristas sobre a sorte dos que procurassem amparo nas forças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando a sanha dos bandidos, vieram abrigar-se a sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias que lhes oferecemos, e que foram efetivadas.

Com a destruição deste primeiro reduto a 8 de Janeiro de 1915 foi reestabelecida a paz no território Paranaense pela eliminação, assim, do banditismo (CARVALHO, 1913, p. 151-152).

Baseada em concepções clausewitzianas, a estratégia do cerco de Fernando Setembrino de Carvalho provocou efeito e ocorreram as primeiras rendições em massa no começo do ano de 1915 e, o último reduto, São Pedro, foi arrasado em dezembro de 1915. No entanto, a conjuntura do Contestado ainda preocupava militares brasileiros em 1915, tanto que em *A Defesa Nacional*, o artigo do segundo-tenente Francisco de Paula Cidade, “Em torno do Contestado”, publicado em janeiro daquele ano, criticava a moderação com que o Exército agira no Contestado e defende a adoção de uma ofensiva que fortalecesse a superioridade do Exército:

Anteriormente, aludimos às receitas que nos vem de todos os lados, tendentes a evitar o emprego da força para obter vitória. Isso provem de um desconhecimento da psicologia da guerra, pois, quando se trata de organizar operações militares, ouve-se antes a opinião da imprensa, que é, neste caso, a dos Clausewitz de casaca...

Para o autor, “não se compreender ainda que o banditismo só pode ser aniquilado nos sertões do Sul por medidas excepcionais, a par de um combate sem tréguas, capaz de convencer ao inimigo que ou se submete ou é destruído” (CIDADE, 1915, p. 124). Mesmo não trabalhando efetivamente com nenhuma concepção de Clausewitz, consideramos este artigo relevante para demonstrar a crítica de militares não só aos procedimentos ditos brandos empregados no Contestado, mas à superficialidade da crítica civil presente na imprensa. Os jornais publicados no Rio de Janeiro, trataram quase exclusivamente da Primeira Guerra, dando destaque às barbaridades praticadas pelo Exército alemão e culpando seus intelectuais militares por terem motivado tais ações.

Clausewitz e a Grande Guerra

No princípio da década de 1870, a Alemanha recém-unificada combateu a França naquela que ficou conhecida como a guerra Franco-Prussiana¹². Ao derrotar a França, a Alemanha passou a ter privilégio exclusivo sobre uma região próspera em minério de ferro e que foi importante para a ampliação de sua indústria, compreendendo a indústria bélica. Tratava-se da região de Alsácia e Lorena. A França, na década posterior à guerra contra a Alemanha, desenvolvia a ideia de uma revanche, fato que gerava uma considerável tensão na fronteira entre os dois países. A tensão se

¹² A conjuntura da Primeira Guerra Mundial está baseada sobretudo em Carvalho (1971), Rodrigues (1985), Vizentini (1996) e Döpcke (2001).

intensificou quando Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen (1815-1898), o líder da unificação alemã, instituiu uma aliança com a Áustria-Hungria e com a Itália, conhecida como Tríplice Aliança. Tal aliança constituía tanto acordos comerciais e financeiros quanto acordos militares. A França, sentindo-se ameaçada pelo progressivo poder conquistado pela Alemanha, passou a estabelecer acordos, do mesmo tipo da Tríplice Aliança, com o Império Russo, czarista, em 1894. A Inglaterra, um dos maiores impérios da época, também procurou se precaver do constante progresso alemão, pois receava sofrer perdas de território e bloqueios econômicos. Deste modo, decidiu se aliar à França e à Rússia, compondo assim a Tríplice Entente.

A tensão entre as duas alianças crescia a cada dia, principalmente na região da península balcânica. Na região dos Balcãs, dois impérios lutavam para estabelecer domínio a partir de uma tendência nacionalista: o Austro-Húngaro e o Russo. A Rússia buscava desenvolver sua ideologia nacionalista eslava (conhecida como Pan-eslavismo) e defendia a criação, nos Balcãs, do estado da Grande Sérvia, enquanto que a Áustria-Hungria usufruía da fragilidade do Império Turco-Otomano e procurava, com o subsídio da Alemanha, constituir domínio na mesma região, ancorado também em uma ideologia nacionalista (conhecida como Pangermanismo). No ano de 1908, a região da Bósnia-Herzegovina foi incorporada pela Áustria-Hungria, o que dificultou a criação da “Grande Sérvia”. Além disso, a Alemanha tinha interesses comerciais no Oriente Médio, em especial no Golfo Pérsico, e ambicionava construir uma ferrovia de Berlim a Bagdá, passando pela península balcânica.

O estopim para o conflito entre os estados localizados na região dos Balcãs veio com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando Carlos Luís José Maria de Áustria-Este, ou simplesmente, Francisco Ferdinando (1863-1914), herdeiro do trono da Áustria-Hungria, por um participante da organização Mão Negra, de viés nacionalista eslavo. O assassinato do arquiduque ocorreu no dia 28 de janeiro de 1914, em Sarajevo, capital da Bósnia. Francisco Ferdinando tinha ido a Sarajevo para propor a instauração de uma tríplice monarquia na região, a qual seria governada por austríacos, húngaros e eslavos. Sua morte instigou os sentimentos nacionalistas e conduziu as alianças das potências europeias à guerra. A Áustria viu neste episódio a oportunidade para atacar a Sérvia e desmantelar o projeto eslavo de edificação de um estado forte. A Áustria-Hungria e Alemanha determinaram à Sérvia solucionar a ocorrência do assassinato de Ferdinando. A Sérvia recusou curvar-se à ordem dos germânicos e, com o suporte da Rússia, sua aliada, organizou-se para consequências árduas, como a declaração de guerra por parte da Áustria-Hungria, concretizada em 28 de julho de 1914. Prontamente a França declarou apoio à Rússia contra a Áustria-Hungria, o que fez a Alemanha proclamar guerra contra a Rússia e a França. O conflito se intensificou quando o Exército alemão, o mais moderno da época, se direcionou à França, por meio do território belga, estado neutro nesta contenda. Tal fato fez com que a Inglaterra, aliada da Rússia, declarasse guerra à Alemanha. Observamos, a partir de então, a guerra adquirir dimensões cada vez mais devastadoras e se alastrar para outras regiões do globo.

Neste cenário, encontramos diversos artigos de imprensa críticos a campanha realizada pela Alemanha e muitos deles traziam Clausewitz como propagador das truculências perpetradas pelo Exército alemão. Em “Para a História, a Alemanha no Pelourinho!”, publicado em *O Paiz* no dia 18 de dezembro de 1914, sem autoria, há uma crítica a conduta da Alemanha na guerra e uma exaltação à França para conter o avanço da barbárie:

Os soldados alemães entregam-se, na Bélgica, na França, na Sérvia, por ordem dos oficiais alemães e das autoridades prussianas, as mais abomináveis crueldades que a história já registrou – O mundo civilizado inteiro se levanta contra a barbaria austro-alemã, provocada, animada pelo militarismo prussiano – A humanidade confia na França (*O PAIZ*, 1914, p. 2).

Logo após, observamos no texto duas ideias sobre a origem e o desenvolvimento das lutas na Europa: “[...] orgulho da Alemanha em conquistar novos territórios e subjugar os povos que lá vivem e selvageria latente das raças germânicas [...] selvageria essa que aparece nas horas de crise transformando então a Alemanha guerreira em uma nação fora da humanidade e da civilização” (O

PAIZ, 1914, p. 2). Afim de corroborar com as ideias publicadas, buscam os intelectuais alemães: “Ninguém se descreve tão bem como a própria pessoa. Demos a palavra a alemães, para deixá-los expor os seus projetos de conquista e o seu desprezo pela conquista de regras de moral comumente admitidas pelos outros povos”:

O que chamam do outro lado do Reno o imortal Clausewitz protesta contra todo o respeito ao direito das gentes durante uma guerra:

“A guerra só conhece um meio: a força. Não há outro: é a destruição, os ferimentos, a morte, e esse emprego da força bruta é a regra absoluta. Quanto a esse direito das gentes, de que têm a boca cheia os nossos advogados, ele só impõe ao fim e ao direito da guerra restrições insignificantes, ou antes, nulas. Na guerra, toda ideia de filantropia é um erro, um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite” (O PAIZ, 1914, p. 2).

Quase um ano depois, em 26 de novembro de 1915, no jornal *A Noite*, era publicado o artigo “Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino: um serviço de incendiários organizados”, escrito por Medeiros e Albuquerque, no qual o autor destacou a crueldade dos alemães, tratando-a quase como uma característica inata deste povo. Mais uma vez, recorrendo aos próprios escritores militares prussianos, que

[...] dizem isso mesmo, de um modo claro, positivo, frisante. Evidentemente, ninguém espera achar na guerra uma distração frívola e elegante. Os oficiais do Kaiser têm o hábito de dizer – é um provérbio militar – que a guerra não é um *five-o-clock tea*. Ninguém poderia pedir-lhe tão extrema brandura. Mas para isso não precisa chegar ao extremo oposto (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

Medeiros e Albuquerque ainda acentua o papel da guerra para os povos civilizados, em suas palavras:

Os povos civilizados acham que a guerra é um recurso supremo, de que eles podem ser obrigados a lançar mão; mas durante a qual devem empregar o mínimo de brutalidade possível; só o que for imediatamente necessário para alcançar a vitória. Esse mínimo lhes parece já de si tão monstruoso, que eles procuram não ultrapassá-lo (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

E conclui:

Os alemães têm uma concepção diferente.

Para prová-lo, basta citar a autoridade militar mais prezada pelos alemães, o autor que se estuda em todas as escolas militares, o mestre dos mestres, Clausewitz. Ele diz serenamente: “Na guerra toda ideia de filantropia é um absurdo pernicioso. A violência, a brutalidade do combate, não comportam nenhuma espécie de limite”.

Clausewitz diz isto de dez, de cem maneiras diferentes. É por assim dizer o princípio diretor do seu ensino. Ora, é esse ensino que afeiçoa o espírito do exército alemão.

Haverá, entretanto, quem suponha que os oficiais do exército germânico se limitam a aprender nas obras clássicas de Clausewitz os princípios de tática, deixando de lado essas opiniões pessoais do seu autor mais estimado?

Seria uma ilusão. Em primeiro lugar, Clausewitz não diz aquelas coisas ferozes, por amor a barbárie. Ele as considera princípios de boa tática. O seu princípio essencial é que acima de tudo, convém meter medo, aterrorizar o inimigo, enchê-lo de um tal pavor, que o force a pedir misericórdia.

[...]

Clausewitz e os seus dóceis seguidores também só aspiram a uma coisa: extrair a vitória de todos os horrores que eles acumulam (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1915, p. 1).

Ainda mais uma vez, Clausewitz é mencionado como defensor da ideia de destruição do inimigo por meio da força sem limites e também como o disseminador das crueldades perpetradas pela Alemanha na Grande Guerra. Como visto, os dois últimos artigos analisados trazem praticamente a mesma citação de Clausewitz. No entanto, é importante destacar que nenhum dos dois textos faz referência a qual obra de Clausewitz utilizaram, fato que impede declarar se a concepção referenciada é verdadeiramente do general prussiano. Ao buscar sua obra maior, *Da Guerra*, não encontramos a citação publicada nos artigos supracitados.

No dia 17 de março de 1917, o jornal *O Imparcial* publicou uma Conferência de Ruy Barbosa (1849-1923) acerca da Primeira Guerra Mundial. Ao culpar a Alemanha pelas atrocidades vistas no *front* de batalha, ele diz:

O princípio supremo neste assunto, segundo os oráculos da política militar naquele país, é que a guerra senhoreia todas as leis. O Aristóteles da ciência desses renovadores da natureza humana é Clausewitz, o patriarca da seita da brutalidade armada: e Clausewitz nos declara que “não se pode, [...], introduzir um princípio de moderação na filosofia da guerra”. “Enquanto eu não venço o inimigo”, diz ele, “o que domina tudo é o receio de que o inimigo me vença”. “Não está nas minhas mãos. É uma lei que ele me impõe a mim, como eu a ele, uma ação de parte a parte, “que arrasta a guerra para o absoluto” (“Von Kriege”, v. 1, pags. 6 - 7) (BARBOSA, 1917, p. 4).

Ao abordar a questão da invasão da Bélgica pela Alemanha e o rompimento de convenções internacionais (já que a Bélgica havia declarado neutralidade), Ruy Barbosa também vê na obra de Clausewitz, *Da Guerra*, a origem da concepção de que a necessidade é a lei inevitável da guerra, em suas palavras:

O princípio, insondável nas suas consequências horrorosas, de que a necessidade é a lei inelutável, e lei suprema, a lei divina da guerra, são acaso os ministros de Guilherme II, os seus juristas, os seus generais os que o inventaram? Não. Há cerca de noventa anos que o proclamou Clausewitz, o pai da tradição militar alemã, cuja grande obra “Von Kriege”, data do primeiro quartel do século passado. Há quarenta anos que Hartmann o formulava, respondendo a “Codificação das Leis da Guerra”, que Bluntschli acabava de escrever, por incumbência do Instituto de Direito Internacional. Quase quarenta anos há, igualmente, que a canonizava Moltke, escrevendo a Hartmann: “Quem quer que conheça a guerra, há de pensar, como vós, que não é possível ditar normas limitativas a guerra” (BARBOSA, 1917, p. 4).

O ano de 1917 foi crucial na conjuntura da Grande Guerra. Nesse ano, a Rússia abandonou o *front* de batalha, devido a obsolescência do seu Exército e a ruína da sua economia. Ainda em 1917, os Estados Unidos da América ingressaram na batalha ao lado da Inglaterra e da França e, conseqüentemente, contra a Alemanha, a qual vinha perdendo progressivamente a eficácia demonstrada no início do conflito. No artigo “A falência dos generais alemães”, publicado no jornal *O Paiz*, no dia 13 de agosto de 1918, pelo general Trompowsky, há uma avaliação sobre o declínio do Exército alemão na Grande Guerra. Ao ver do general brasileiro, a decadência da Alemanha no combate ocorria devido aos erros cometidos por seus generais, pois mesmo em maior número de combatentes e com armamento superior, a Alemanha não alcançava o sucesso esperado. Clausewitz teria uma lição a oferecer:

[...] Ninguém ignora que os alemães levaram perto de meio século a se prepararem para a conquista do céu e da terra; ao passo que os franceses e ingleses, ao rebentar a guerra, não podiam opor ao adversário efetivos iguais e com toda a aparelhagem, armamento e munições que se faziam mister.

Por que razão os alemães não tiraram resultado da manifesta inferioridade de franceses e ingleses a semelhante respeito? Por que motivo viram eles os seus esforços paralisados no ano de 1914, em que colheu de surpresa os adversários? E nos anos subsequentes, o que conseguiram os alemães “de decisivo” na frente ocidental? Já Clausewitz, o seu oráculo militar, havia dito: “Não se deve supor tudo ganho quando, do seu lado, tem-se a única vantagem do

número, visto como – pelo concurso de outras circunstâncias – pode bem suceder que isso pouco valha”. De nada pois valeu aos alemães a concentração de todas as suas forças na frente ocidental – o que põe em evidência a quixotada de von der Goltz quando se referiu “ao novo Alexandre que, com alguns milhares de velhos soldados, facilmente daria cabo desses agrupamentos informes e tumultuosos que se decoram com o nome de exércitos”. E Lewal veio em apoio de Clausewitz, quando disse que a vitória não se obtinha só pelo número, para ela concorrendo em magna parte os fatores Morais, o talento do generalíssimo e o imprevisto que – na guerra – sempre desempenha notável papel” (TROMPOWSKY, 1918, p. 9).

Clausewitz é convocado para expor os erros de seus próprios concidadãos, os quais diziam praticar a sua teoria. Não observamos aqui nenhuma crítica aos procedimentos adotados pela Alemanha na Grande Guerra, ou, qualquer condenação a Clausewitz como disseminador de ideias amorais e violentas.

A Primeira Guerra Mundial chegou ao fim em 1918, com o triunfo dos países aliados à França e derrota da Alemanha e seus Estados coligados. A Grande Guerra evidenciou não só ao Brasil, mas ao mundo, a relevância de se pensar em técnicas de batalha avançadas e também no refinamento de novas tecnologias bélicas, isto posto, o Exército brasileiro começou a pôr em prática os planos de reforma e reorganização preparados nos anos precedentes, mas que não haviam alcançado êxito. Os *Jovens Turcos* não abandonaram a ideia de renovar o Exército e, desta forma, expuseram ao ministro da Guerra, Caetano de Faria (1855-1936) um programa detalhado com propostas de reforma para a Força Terrestre. Grande parte das recomendações expostas pelos oficiais estava ancorada na prática militar, o interesse era aumentar a eficiência do Exército, com foco na defesa externa. Para que tal obrigação fosse cumprida com êxito era essencial armamento moderno, munição para a prática de tiro e, sobretudo, uma missão militar de instrução que ajudasse na recomposição e edificação do Exército. A primeira medida técnica alcançada pelos criadores d’*A Defesa Nacional* foi o treinamento de subordinados (cabos e sargentos) pelos oficiais, para que estes pudessem treinar os recrutas. À primeira vista pode parecer algo não inovador ou irrelevante, mas essa alternativa dissolveu uma tradição dentro do Exército, onde cabos e soldados eram personagens inexpressivos.

Outros temas considerados essenciais pelos *Jovens Turcos* para a reforma do Exército brasileiro foram debatidos em *A Defesa Nacional*: serviço militar obrigatório, que seria vital para a expansão física da instituição¹³; necessidade da implantação da indústria siderúrgica, pois o país não estaria preparado para sua defesa externa se não tivesse meios de produzir seus armamentos, visto que em tempos de guerra não se pode contar com nenhuma política de boa vizinhança para fornecimento de armas e derivados; mudança das condições socioeconômicas e políticas do Brasil, porque o Exército “ideal” era incompatível com o tipo de sociedade e sistema econômico vigente, assim sendo, transformações radicais deveriam acontecer e com urgência. Os editores d’*A Defesa Nacional*, inicialmente, resistiram contra a missão de instrução francesa e firmaram sua preferência por receber no país a missão alemã, eles consideravam a organização francesa mais teórica, de pouca praticidade, enquanto exaltavam a alemã como mais racional e de simples entendimento (McCANN, 2007). Através da figura do ministro Faria (claro defensor dos métodos alemães) havia uma perspectiva de que o Exército alemão enviasse sua missão para o Brasil, mas a decisão de Faria foi no investimento de uma educação militar à moda germânica. No ano de 1918, Faria designou oficiais para a Escola Militar do Realengo com o intuito de oferecer a instrução que promoveria a profissionalização e modernização das fileiras do Exército, este grupo de instrutores brasileiros com marcas do ensinamento alemão formaram um grupo denominado Missão Indígena. (CARVALHO, 1985; McCANN, 2007; MALAN, 1988). Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a “entrada” do Brasil contra a Alemanha, em 1917, o “sonho” alemão foi devidamente silenciado¹⁴. O

¹³ Mesmo com a aprovação da lei do serviço militar obrigatório em 1908, o corte feito pelo Congresso com despesas militares fez com que se engavetasse a questão, pois o pequeno efetivo deveria ser preenchido com voluntários.

¹⁴ O governo “passou para as mãos” de um paulista no ano de 1918, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), o que facilitou o contrato com os franceses. No dia 3 de janeiro de 1919 foi aprovado em Congresso créditos

assunto só voltou a ser debatido com afinco ao final da Primeira Guerra Mundial, quando se decidiu pela vinda de uma missão militar francesa (MMF).

Considerações Finais

No Brasil do início do século passado, a teoria clausewitziana teve destaque a partir da concepção de aniquilação do inimigo. Muitos artigos aqui analisados se utilizaram dessa ideia para criticar não só Clausewitz, mas a conduta da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Outros textos, no entanto, apenas aludem a teoria clausewitziana sem pretensão de condenar o general prussiano ou as atitudes da Alemanha na Grande Guerra. Isto é, nos anos de 1905 a 1919 temos dois Clausewitz no Brasil: o disseminador da aniquilação do inimigo e causador das barbáries na Guerra Mundial e o teórico militar mais lido e utilizado da Alemanha. Seja como for, Clausewitz teve espaço na História política brasileira do começo do século passado.

A análise nos permitiu evidenciar que Clausewitz era um autor conhecido no Brasil nas primeiras décadas do século passado. Para constatar esse traço, foi fundamental a pesquisa em textos jornalísticos. A análise revelou também o conhecimento de oficiais brasileiros sobre o que ocorria na Europa. No caso do general Setembrino, podemos falar mesmo de uma tentativa de aplicação da teoria em operações militares. Talvez se possa defender que as leituras realizadas no Brasil são em ampla medida, superficiais e seletivas, baseando-se somente em determinados elementos da teoria clausewitziana, mas isso é também característica das leituras da obra desse autor em outros países, para não falar da própria Prússia e Alemanha. Nossa investigação mostrou como foi precoce no Brasil a ideia de que o general prussiano era o incentivador das barbáries ocorridas nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, o culpado por ter incentivado a aniquilação total do inimigo nos combates.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937). IN: **Militares e Política (número 5)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- ARON, Raymond. **Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BASSFORD, Christopher. Jomini and Clausewitz: their interaction. IN: **23° Meeting of the Consortium on Revolutionary Europe**, Georgia State University, 1993.
- BASSFORD, Chistopher. **Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815 – 1945**. Oxford University Press, New York, 1994.
- BASSFORD, Christopher; VILLACRES, Edward. Reclaiming the Clausewitzian Trinity. **Parameters**, Autumn, 1995.
- CARONE, Edgar. **A Primeira República (1889-1930): texto e contexto**. 3° edição. São Paulo: Difel Editora, 1976.
- CARVALHO, Delgado. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1971.
- CARVALHO, Fernando Setembrino. **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950.
- CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. IN: **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

para uma missão de oficiais estrangeiros para a instrução do Exército, sendo, então, finalizada a possibilidade da aclamada instrução alemã. No entanto, não se retirou a influência dos *Jovens Turcos* e sua publicação *A Defesa Nacional* do cenário militar brasileiro.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Martins Fontes. São Paulo, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais – Dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1871-1947)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001 (Volume I).

FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

GAT, Azar. **The Origins of Military Thought from the Enlightenment to Clausewitz**. Inglaterra: Oxford, 1989.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JOMINI, Antoine-Henri. **The Art of War**. Canada: Legacy Books Press, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Sérgio. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as Relações Militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988.

McCANN, Frank. Influência Estrangeira no Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, p.83-116, 1985.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v.1, número 1, p. 1-10, 2009.

MORAES, Márcia. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército (Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944)**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

NUNN, Frederick M. Military professionalism and professional militarism in Brazil, 1870-1970: historical perspectives and political implications. **Latin American Studies**, 4 (1), 29-54, 1972.

PARET, Peter. Clausewitz. In: **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Porque somos florianistas? Ensaio sobre Florianismo e Jacobinismo**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2002.

RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In: **Da Guerra**. São Paulo, 1975.

RODRIGUES, Luiz César Barreto. **A primeira guerra mundial**. Campinas: Universidade de Campinas, 1985.

SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco – seu pensamento militar**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 2004.

SCHNEIDER, Fernand. **História das Doutrinas Militares**. São Paulo: Difusão Editorial, 1975.

SHY, John. Jomini. In: **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Primeira Guerra Mundial. **Coleção Relações Internacionais do Século XX**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996 (Parte I).

Fontes Primárias

Artigos utilizados na revista *A Defesa Nacional*

CIDADE, Francisco de Paula. Em torno do Contestado. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 16, p.124-125, jan. 1915.
FARIA, Osvaldo Cordeiro. Os fanáticos do Contestado – Editorial. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-2, out. 1914.
FRAGOSO, Tasso. Bibliografia. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 250-254, mai. 1917.
LORINGHOVEN, V. Freytag. O Regulamento de Exercícios para a Infantaria, de 29-5-906, à luz da história militar. Tradução de Joaquim de Souza Reis. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 142-148, fev. 1918.
REIS, Joaquim de Souza Reis. O Grande Estado Maior e o alto comando do Exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n.3, p. 68-73, dez. 1913.

Artigos utilizados dos Jornais

A Noite

MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Os alemães cultivam oficialmente a crueldade e desdenham do sentimentalismo latino – um serviço de incendiários organizado. **A Noite**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1915, p. 1.

O Imparcial

BARBOSA, Ruy. Sr. conselheiro Ruy Barbosa no Teatro Petrópolis, em Petrópolis, aos 17 de março de 1917. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1917, p. 3-5.

O Paiz

BITENCOOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 6 nov. 1913, p. 2.
PANA', _____. Notas sobre a Cavalaria: a Escola de Saumur. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1914, p. 8.
Para a História, a Alemanha no Pelourinho. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 18 dez. 1914, p. 2.
TROMPOWSKY, Roberto Leitão de Almeida. A falência dos generais alemães. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1918, p. 9.

Web-site

Hemeroteca Digital: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>